



# MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

## DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

### CONCURSO PÚBLICO

**CARGO:**

**POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL**

**APLICAÇÃO: 17/7/2004**



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
Criando Oportunidades para Realizar Sonhos

## CURSO DE FORMAÇÃO

### 2.<sup>a</sup> Turma – 1.<sup>a</sup> Prova

#### **LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.**

- 1 Ao receber este caderno, confira se ele contém **oitenta** itens, correspondentes à primeira prova do Curso de Formação, corretamente ordenados de **1 a 80**.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Não utilize nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 4 Durante a prova, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 5 A duração da prova é de **três horas e quinze minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 6 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de prova.
- 7 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho ou na folha de respostas poderá implicar a anulação da sua prova.

#### **AGENDA**

- I **17/7/2004**, a partir das 18 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva: Internet — [www.cespe.unb.br](http://www.cespe.unb.br) — e quadros de avisos do CESPE/UnB — em Brasília.
- II **19 e 20/7/2004** – Recursos contra os gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva, exclusivamente na Academia Nacional de Polícia (ANP), DF 001, km 2, Setor Habitacional Taquari, das 9 h às 16 h.
- III **17/8/2004** – Resultado da primeira prova: locais mencionados no item I e Diário Oficial da União.

#### **OBSERVAÇÕES**

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido no item 12 do Edital n.º 1/2003 – PRF, de 21/10/2003.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 448 0100; Internet — [www.cespe.unb.br](http://www.cespe.unb.br).
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de **1 a 80** se refira, marque na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção da sua prova.
- A fim de facilitar o trabalho de julgamento de cada item, considere que, nos itens em que aparecer, a sigla PRF significará Polícia Rodoviária Federal ou policial rodoviário federal, conforme o contexto em que for utilizada.

## PROVA OBJETIVA

Com referência a Ética e Cidadania, julgue os itens seguintes.

- 1 A Ética busca justificativas para as regras propostas pela Moral e pelo Direito. Ela caracteriza-se pela reflexão a respeito da ação humana e diferencia-se da Moral e do Direito por não estabelecer regras.
- 2 Incumbe ao PRF o dever de ser honesto e leal e de agir com dignidade e boa-fé, buscando sempre os postulados éticos e morais. Entretanto, tais preceitos poderão ser descumpridos em situações excepcionais, em que a paz social estiver sob ameaça.
- 3 Cidadania pressupõe o exercício de direitos políticos, o direito à vida, os direitos pessoais tradicionais e também os direitos sociais, econômicos e educacionais, bem como as liberdades públicas em geral.
- 4 Apesar de não contar com um código específico para balizar sua conduta, o servidor público tem a sua disposição um acervo de instrumentos legais bastante avançados para orientá-lo nessa área.
- 5 Do ponto de vista normativo, a Constituição Federal é o marco inicial quanto à conduta do servidor público.

Durante a realização de uma *blitz* de rotina em uma rodovia federal, um PRF deteve um condutor de veículo esportivo que fazia ultrapassagens irregulares. Ao abordá-lo, o PRF observou que ele parecia estar alcoolizado. Desse modo, solicitou ao condutor, com tranquilidade, que se submetesse ao teste de alcoolemia, mediante o uso de um bafômetro. Diante dessa solicitação, o condutor ficou irritado e negou-se a realizar o exame. Alegou que estava sendo submetido a abuso de autoridade e comportou-se de maneira ofensiva frente ao PRF, que procurou não reagir de modo semelhante ao do seu interlocutor, apesar das ofensas recebidas. Após controlar a situação, o PRF adotou os procedimentos cabíveis no caso.

Considerando a situação hipotética apresentada, julgue os itens a seguir.

- 6 O comportamento do PRF demonstrou que ele possui inteligência intrapessoal e interpessoal.
- 7 Pela reação apresentada, o condutor demonstrou ter personalidade reflexiva, pois reagiu à situação de acordo com suas percepções.
- 8 Ao julgar o comportamento do PRF como abuso de autoridade, o condutor provavelmente cometeu um erro de percepção de estereotipagem.
- 9 Na situação considerada, o PRF demonstrou ter competência comportamental e técnica.

A qualidade das relações humanas é influenciada pelo modo como se dá a comunicação interpessoal. Acerca desse tema, julgue os itens que se seguem.

- 10 Quando uma mensagem é distorcida pelo receptor conforme seus próprios interesses, diz-se que houve uma percepção seletiva no processo de comunicação.
- 11 Para melhorar o processo de emissão de uma mensagem, o emissor deve praticar uma comunicação objetiva, direta e redundante.
- 12 A comunicação eficaz envolve a capacidade de transmitir a mensagem de forma clara e pode ser verbal e não-verbal.
- 13 A comunicação humana estabelece um contato ou vínculo psicológico entre duas ou mais pessoas. Há comunicação mesmo quando os interesses não são comuns.
- 14 Uma comunicação com ruídos de natureza semântica é incapaz de gerar conflitos entre o emissor e o receptor.

A respeito de aspectos conceituais e práticos de direção defensiva, julgue os itens a seguir.

- 15 Conceitualmente, é correto considerar direção defensiva como a movimentação e imobilização de veículos, pessoas e animais nas vias terrestres, dentro de um sistema convencional de normas que tem por fim assegurar a integridade de seus participantes.
- 16 A grande maioria dos acidentes de trânsito tem causas associadas a falhas humanas caracterizadas por negligência, que ocorre quando se realiza algo sabendo-se que não tem condições; imperícia, que se dá quando se pratica algo sem se ter o domínio; imprudência: que ocorre quando se desrespeitam as leis de trânsito.
- 17 Considerando que dirigir defensivamente implica conhecer e obedecer a legislação de trânsito e que práticas como dirigir com o pé sobre a embreagem e acionar a embreagem antes do freio não são legalmente tipificadas como infração de trânsito, é correto afirmar que tais práticas não prejudicam a prática da direção defensiva.
- 18 A maioria dos acidentes está associada a condição adversa do condutor, já que a grande maioria deles é causada por falhas humanas.

Considere, por hipótese, que, após um período chuvoso, determinado trecho de uma via, devido a drenagem deficiente, apresentava uma extensa lâmina d'água. Em face dessa situação, julgue os itens seguintes.

- 19 Na hipótese considerada, apesar de a chuva ser uma condição adversa de tempo (climática), a lâmina d'água constitui uma condição adversa da via.
- 20 Na situação em apreço, a possibilidade de ocorrência de hidroplanagem pode ser aumentada por determinadas condições adversas do veículo.
- 21 No trecho descrito, ao sentir o primeiro impacto da entrada das rodas do veículo na lâmina d'água, o condutor deve aumentar ligeiramente a aceleração do veículo, de modo a evitar que este entre em movimento inercial, reduzindo-a progressivamente em seguida.

Com relação a aspectos conceituais, doutrinários e normativos da legislação de trânsito, julgue os itens a seguir.

- 22 Considerada como o conjunto de disposições que regulamentam o exercício do direito de conduzir veículos em vias públicas, a legislação de trânsito tem como dispositivo de maior hierarquia o Código de Trânsito Brasileiro (CTB).
- 23 Considere a seguinte situação hipotética.  
À margem de uma rodovia federal, no pátio do estacionamento de área privada de uso comum de um posto de combustíveis e de um centro comercial, ocorreu um acidente que envolveu veículos automotores, exatamente no instante em que por ali passava uma viatura com uma equipe de PRFs.  
Nessa situação, apesar de os PRFs serem investidos do poder de polícia, a eles não competirá confeccionar o boletim de ocorrência do acidente em face da natureza da área.

- 24 De acordo com a doutrina pertinente, dos princípios básicos regedores das atividades da administração pública, o princípio da competência é o mais moderno e traduz-se na exigência de que a atividade administrativa se desenvolva com presteza, perfeição e rendimento profissional, de modo a apresentar resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento das necessidades da comunidade e dos seus membros.

- 25 Considere a seguinte situação hipotética.  
Em um posto da PRF, quando solicitava informações a um PRF, um condutor viu-se ameaçado de agressão física por um indivíduo desconhecido que por ali circulava. Antevendo danos à integridade física do condutor, o PRF atacou o indivíduo, desferindo-lhe uma série de golpes, que culminaram com o desmaio do indivíduo.  
Nessa situação, a conduta do PRF deixou de atender aos pressupostos relacionados ao exercício correto do poder de polícia.

- 26 A coordenação do Sistema Nacional de Trânsito compete ao Conselho Nacional de Trânsito, na condição de órgão máximo normativo e consultivo.
- 27 Em condições normais de circulação, nas rodovias desprovidas de sinalização relativa à velocidade máxima permitida, ônibus e microônibus deverão trafegar a, pelo menos, 45 km/h.
- 28 Em operações de fiscalização, caso desconfie de determinada documentação, o PRF deve considerar, entre outros aspectos, que, no dígito correspondente à unidade da Federação no CPF, tanto o algarismo ZERO quanto o algarismo UM podem corresponder ao Distrito Federal (DF).

Considerando que, para circular em vias públicas, os veículos deverão estar dotados de equipamentos obrigatórios, julgue os itens que se seguem.

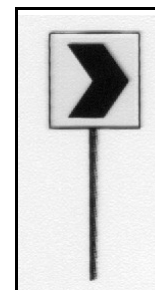
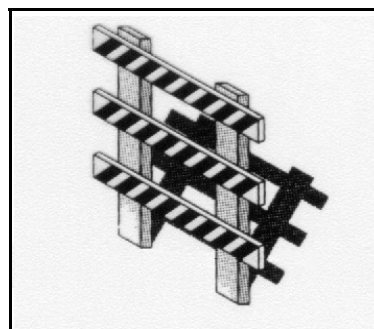
- 29 Para veículos destinados ao transporte de carga que exceda a 3.500 kg, os equipamentos obrigatórios incluem, além do cinto de segurança para a árvore de transmissão, lanterna de mão para os casos em que o condutor, em horário noturno, tiver de inspecionar o veículo ou realizar pequenos reparos.
- 30 Os equipamentos obrigatórios para triciclos e quadriciclos incluem protetores das rodas traseiras e todos aqueles previstos para motonetas e motocicletas.
- 31 Veículos automotores fabricados a partir de 1999, com peso bruto total superior a 4.536 kg e destinados ao transporte de carga deverão ser dotados de registrador instantâneo de velocidade e tempo.

Julgue os itens subsequentes, relativos a sinalização de trânsito.

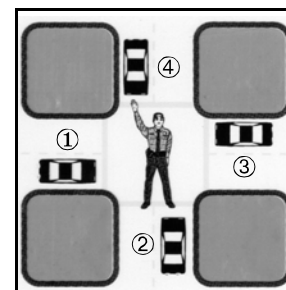
- 32 A figura ao lado ilustra uma placa de orientação de destino diagramada.



- 33 Nas figuras abaixo, são ilustrados dispositivos de sinalização auxiliar.



- 34 Considerando que, na figura ao lado, é ilustrado um cruzamento de vias em que um agente da autoridade de trânsito encontra-se em pé sobre a faixa de sinalização horizontal mais próxima ao veículo ②, é correto



afirmar que o gesto do agente corresponde a ordem de parada para os veículos ② e ④ e a permissão para que os veículos ① e ③ continuem seus percursos.

Acerca da legislação de trânsito, julgue os itens a seguir, referentes a penalidades e medidas administrativas, bem como a conceitos e definições adotados pelo CTB.

**35** Considere a seguinte situação.

Em um posto de fiscalização da PRF, um caminhão foi retido em razão de trafegar com excesso de carga caracterizador do cometimento de infração de trânsito passível de punição com multa.

Nessa situação, caso se realize o transbordo do excesso de carga, o veículo poderá prosseguir viagem, sem prejuízo da aplicação da multa devida.

**36** No conjunto das situações a que seja aplicável a medida administrativa de remoção do veículo, esta consoma-se com a condução do veículo para depósito fixado pelo órgão ou entidade competente.

**37** Sob o ponto de vista formal, o auto de infração (AI) nada mais é que uma comunicação escrita entre o agente da autoridade de trânsito e o agente fiscal do estado ou do DF, em que aquele informa a este o cometimento da infração cuja multa deva ser notificada e cobrada ao infrator.

**38** A fim de evitar risco à vida de usuários do sistema viário público, sempre que se configurar situação a que seja aplicável a penalidade de suspensão do direito de dirigir ou a de cassação do documento de habilitação, a aplicação da penalidade se dará de modo automático.

**39** Considere a seguinte situação.

Preocupado em não se atrasar para uma reunião, um condutor descuidou-se e excedeu o limite de velocidade permitido para determinada via, razão por que foi autuado por um PRF. Após a lavratura do AI, mais preocupado ainda quanto ao horário, o condutor, embora agisse educada e respeitosamente, recusou-se terminantemente a assinar o referido AI.

Nessa situação, a recusa em assinar o AI caracterizou irregularidade passível de nova autuação.

**40** Do ponto de vista dos conceitos e definições adotados pelo CTB, as expressões **parada** e **interrupção de marcha** correspondem a um mesmo procedimento.

Considerando aspectos conceituais e práticos no âmbito da telemática, julgue os itens seguintes.

**41** Ao efetuar o processo de LOGON, o usuário definirá para o sistema quem o está acessando.

**42** Na estrutura de rede de computadores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF), o usuário pode proceder ao bloqueio da sua estação de trabalho a partir das opções proporcionadas ao se clicar o botão Bloquear computador ou o botão Efetuar logoff.

**43** Para se ter acesso ao LOGON do sistema INFOSEG, deve-se, primeiramente, acessar a página do DPRF na Internet.

**44** As bases de dados disponibilizadas pelo Sistema SERPRO possibilitam aos servidores do DPRF consultas aos cadastros estaduais e do DF relativos ao RG (documento de identidade) de civis.

**45** Com referência ao Código Q, o quadro abaixo contém alguns dos códigos utilizados com mais frequência na PRF. Nesse quadro, **A** e **B** correspondem, respectivamente, às expressões INTERFERÊNCIA DE OUTRA ESTAÇÃO e QUAL A INTENSIDADE DO MEU SINAL.

<b>QRQ</b>	QUAL A CLAREZA DO MEU SINAL
<b>QRN</b>	<b>A</b>
<b>QRX</b>	AGUARDAR
<b>QSA</b>	<b>B</b>
<b>QSL</b>	CIENTE DA MENSAGEM

**46** De acordo com os critérios estabelecidos para a priorização da transmissão de mensagens, mensagem relativa a acidente grave com vítima de morte enquadra-se na prioridade II.

**47** Os postos de policiamento e as viaturas da PRF são equipados com rádios Motorola M208 e M216. Ambos são dotados da funcionalidade de varredura de canais, mas, como seus próprios números de modelo indicam, o M216 disponibiliza 16 canais (8 a mais que o M208) para a gravação de frequência.

Sob condições normais de operação e com o cuidado adequado, um veículo proporcionará desempenho satisfatório durante milhares de quilômetros ou horas de serviço. Porém, como em qualquer outro mecanismo, o funcionamento acarreta o desgaste das partes móveis e sujeitas a atrito. Com o tempo, há uma queda gradativa no desempenho do veículo, a ponto de tornar-se impraticável ou antieconômico operar a unidade. O proprietário do veículo começa a perceber isto quando se vê obrigado a adicionar, com frequência, óleo no cárter. Em geral, associa-se um alto consumo de óleo com a necessidade de trocar os anéis de pistão. Muitas vezes, isso é de fato necessário. Porém, existem muitas outras circunstâncias que podem causar consumo excessivo de óleo. Para encontrar e remover a causa real desse consumo excessivo, o mecânico precisa conhecer essas causas e saber como determiná-las. É possível economizar tempo e dinheiro, seguindo-se um sistema planejado de diagnósticos. Isso se aplica também às outras partes do veículo, como caixa de câmbio, sistema de freios, sistema de arrefecimento, pneus, lataria e outros. Frequentemente, pode-se determinar e corrigir avarias sem que sejam necessários gastos excessivos.

Acerca do assunto acima comentado, julgue os itens que se seguem.

- 48** O nível do óleo do motor deve ser verificado com o motor quente, que é quando o óleo torna-se mais fino e ocupa por completo todas as cavidades internas do cárter.
- 49** Um dos fatores mais comuns que prejudicam o funcionamento normal de um motor refrigerado a água é o superaquecimento, que frequentemente ocorre em virtude de vazamentos nas mangueiras, por onde circula o líquido de arrefecimento, e também por esquecimento do responsável pela conservação do veículo em verificar o nível desse líquido. O nível do líquido de arrefecimento deve ser verificado diariamente e o estado geral das mangueiras, quanto a vazamentos, danos e afrouxamento das braçadeiras, semanalmente.
- 50** O funcionamento correto do sistema de freios de um veículo é fundamental para a segurança não só dos ocupantes do veículo como também de outras pessoas, de outros veículos etc. Para um perfeito funcionamento desse sistema, é suficiente que o responsável pela conservação do veículo verifique diariamente o nível do fluido de freio e complete-o, caso esteja abaixo da marca recomendada pelo fabricante.
- 51** Por serem responsáveis pela sustentação do veículo e pela movimentação deste com segurança, os pneus merecem cuidados especiais no que se refere a desgaste e calibragem. A pressão deve seguir as recomendações do fabricante e o seu controle deve ser realizado sempre com os pneus quentes, de preferência após longos trajetos. Os sulcos das partes que entram em contato com o solo devem ter profundidade mínima de 0,6 mm, de acordo com o CTB.

Um conjunto de 17 caracteres alfanuméricos, que segue padrão internacional, gravado em alguma parte do chassi do veículo, constitui o número de identificação veicular (NIV). Até 1985, no Brasil, cada montadora de veículos seguia sua norma própria de identificação de veículos. Por meio da Resolução n.º 659/1985 do CONTRAN ficou regulamentada a marcação do chassi, com algumas obrigatoriedades, entre elas a de 17 caracteres. Em 1988, a Resolução n.º 691, do CONTRAN, exigiu a gravação, nos vidros do veículo, dos últimos 8 caracteres do NIV.

A norma técnica NBR n.º 6066/1980, da Comissão de Estudos de Identificação de Veículos, do Comitê Brasileiro de Técnica Automobilística, da ABNT, regulamentou o NIV de 17 caracteres, conforme tabela abaixo.

seção	WNI			VDS					VIS								
posição	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

A respeito desse assunto e considerando a tabela, julgue os itens seguintes.

- 52** Os caracteres do NIV são padronizados, isto é, todas as montadoras deverão usar caracteres de mesmo tamanho, igualmente espaçados e com a mesma profundidade de gravação.
- 53** Na seção WNI do NIV, os caracteres significam, na posição em que aparecem, o continente geográfico em que se situa o país da montadora, o país e a montadora.
- 54** Na seção VDS do NIV, os caracteres indicam as características gerais do veículo. Por exemplo, o tipo de cabine, tipo de motor etc.
- 55** A seção VIS do NIV, composta por 8 caracteres, indica: o ano de fabricação — 10.º caractere —, o município de montagem do veículo — 11.º caractere — e a seqüência de produção — demais caracteres.
- 56** O veículo cujo NIV é WBACB43190FF91811, original, pode ter sido fabricado no Brasil.
- 57** O NIV 9BD146000N3628673 corresponde a um veículo fabricado pela FIAT do Brasil, no ano de 1992.
- 58** De acordo com a Resolução n.º 691/1988 do CONTRAN, em todos os vidros do veículo, inclusive nos quebra-ventos, deverão estar gravados os 8 últimos caracteres do NIV.

A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida por diversos órgãos, entre eles, a PRF, que se destina ao patrulhamento ostensivo das rodovias e estradas federais. De acordo com o CTB, as competências da PRF incluem a realização de

- 59** patrulhamento ostensivo no âmbito das estradas e rodovias federais, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, a incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros.
- 60** levantamento, perícia e emissão de laudo conclusivo acerca de acidente de trânsito.
- 61** fiscalização do nível de emissão de poluentes e ruído produzidos pelos veículos automotores e(ou) suas cargas, bem como o apoio a ações específicas dos órgãos ambientais.

O PRF, no cumprimento de leis e regulamentos que normatizam suas atribuições, realiza basicamente três tipos de policiamento: policiamento rodoviário, especial e de emergência. Acerca desses tipos de policiamento, julgue os itens subseqüentes.

**62** Combate ao narcotráfico, fiscalização de transporte de produtos perigosos e fiscalização de excesso de peso são atividades executadas por um policiamento especial.

**63** O policiamento aéreo realizado com aeronaves do DPRF visa o patrulhamento de rodovias, resgate aeromédico e transporte de efetivo. Por exigir pessoal especializado, procedimentos, técnicas, materiais e equipamentos diferenciados e específicos, o policiamento aéreo é um policiamento especial.

**64** O atendimento pré-hospitalar e o resgate a vítimas em acidentes são atividades do policiamento de emergência.

A respeito dos procedimentos de fiscalização, julgue os seguintes itens.

**65** Em suas atividades de fiscalização, freqüentemente o PRF se desloca em viaturas oficiais e as estaciona estrategicamente para melhor observar o trânsito. Os locais de estacionamento devem ser, preferencialmente, planos e tangentes, permitindo ampla visibilidade em ambos os sentidos para os componentes da guarnição. Por ser a fiscalização, muitas vezes, uma atividade cujo sucesso depende da surpresa, o local de estacionamento da viatura deve ser escolhido de forma que os usuários tenham dificuldade em enxergá-la.

**66** Ao executar a fiscalização, o PRF deverá fazer uma triagem visual dos veículos a serem fiscalizados. Os veículos que normalmente são escolhidos para serem fiscalizados incluem aqueles em mau estado de conservação, não-identificados, que transportam produtos perigosos ou com algum tipo de suspeita, como, por exemplo, velocidade incompatível e mudança brusca de faixa.

**67** Na atividade de fiscalização, tanto de documentos quanto de veículos, ao constatar alguma irregularidade, o PRF deverá adotar procedimentos administrativos que incluem o preenchimento de documentos próprios e específicos. No caso de autuação, de retenção do veículo e de recolhimento da carteira nacional de habilitação, os documentos a serem preenchidos são, respectivamente, o AI, o DOCAPREV e o DENARCH.

A respeito das operações da PRF, as quais seguem etapas que devem ser perfeitamente planejadas, de modo a que os equipamentos sejam escolhidos conforme o tipo de operação e os documentos necessários estejam sempre à mão, julgue os itens seguintes.

**68** O planejamento é realizado após se dispor de todas as informações e se proceder à análise dos dados acerca da operação. Todo planejamento e sua programação deverão ser submetidos aos superiores para análise e aprovação.

**69** Durante a execução de uma operação, o PRF deve seguir fielmente o que foi planejado, programado e estabelecido, mesmo que, após avaliação, o gerente de operações constate a necessidade de adequação de atitudes.

**70** A avaliação de uma operação é etapa fundamental para a verificação do atingimento dos objetivos e a correção de falhas cometidas e deve ser feita sempre no nível gerencial, sem a participação do efetivo de execução que participou da operação.

**71** Nas suas constantes operações, o PRF utiliza diversos equipamentos, por isso, precisa saber distinguir aqueles que são fundamentais em cada atividade. Os equipamentos de fiscalização incluem radar, bafômetro, balança, trena e binóculo.

**72** Os equipamentos de sinalização incluem apito, cones, cavaletes, motocicletas e guinchos.

**73** Durante uma operação de fiscalização, ao condutor deve ser dado prazo suficiente para que ele localize os documentos ou os equipamentos solicitados. Caso o documento ou o equipamento seja encontrado depois de já lavrado o AI, o PRF deverá usar um corretivo, equipamento auxiliar e indispensável, para modificar o lançamento efetuado.

**74** No caso de erro de preenchimento de algum campo do AI no ato da fiscalização, o PRF deverá informar o número do campo no espaço destinado a observações e inutilizar, sem destacar, este auto de infração.

**75** O próprio PRF que lavrou o AI deverá verificar a consistência do auto, digitá-lo e encaminhá-lo à superintendência ou ao distrito regional, no prazo de sete dias.

**76** No caso de AI extraviado, o chefe de delegacia solicitará a instauração de processo administrativo ao Núcleo de Multas e Penalidades.

Com relação à fiscalização de transporte interestadual e internacional de passageiros, julgue os itens seguintes.

**77** Permissão é a delegação ocasional, por prazo limitado ou para viagem bem determinada, para prestação de serviços de transporte em caráter eventual ou especial.

**78** No caso de transporte de passageiros por fretamento eventual ou turístico, deve haver autorização prévia da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) ou de órgão a ela conveniado. Nessa situação, a transportadora deverá requerer autorização, mediante apresentação de formulário de autorização de viagem, cópia do certificado de registro de fretamento, relação de passageiros, certificado de inspeção médica do(s) motorista(s) e nota fiscal correspondente à viagem, discriminando seu itinerário.

**79** Os ônibus de empresa autorizada a executar o transporte interestadual ou internacional de fretamento contínuo deverão portar, além dos documentos exigidos pela legislação de trânsito, o(s) certificado(s) de inspeção médica do(s) motorista(s) e a relação de passageiros.

**80** A relação de passageiros, obrigatória nos transportes coletivos interestaduais e internacionais, deverá conter, além do nome e número da identidade do passageiro, o seu tipo sanguíneo e o nome de seu seguro-saúde, caso possua